

Dinâmicas urbanas na configuração das cidades cearenses: análise com base no REGIC 2018

RESUMO

O trabalho busca analisar as dinâmicas urbanas das cidades cearenses com base na classificação hierárquica do estudo das Regiões de Influência das Cidades (REGIC). O Ceará foi escolhido como recorte geográfico por apresentar regiões de influência que acabam configurando os espaços urbanos, inclusive em nível nacional. Para tanto, utilizaram-se dados do estudo do REGIC realizado nos anos de 2007 e 2018, e variáveis referentes as centralidades do ensino superior, diversidade do comércio e serviços, estimativa populacional e econômica das cidades, no intuito de analisar a pertinência dos níveis hierárquicos de cada variável. Com relação as estimativas populacionais, entre o período em estudo, as pequenas e médias cidades passaram a concentrar mais pessoas. A diversidade do comércio e serviços demonstrou que houve maior dinamização na oferta, especialmente nas cidades que sofreram alteração positiva no REGIC, como os casos do Arranjo Populacional (AP) de Juazeiro do Norte, Tianguá, Aracati, Brejo Santo e Horizonte. O processo de interiorização do ensino superior foi importante para que cidades não metropolitanas pudessem ofertar serviços educacionais, tanto público quanto privado, tendo como destaques o AP de Juazeiro do Norte, Brejo Santo, Quixeramobim e Tianguá, cidades que apresentaram alteração no nível hierárquico do REGIC.

PALAVRAS-CHAVE: REGIC; Cidades; Dinâmicas; Urbanas.

Wellington Rodrigues da Silva
wellyngton.ce@hotmail.com
Universidade Regional do Cariri. Crato.
Ceará. Brasil.

Silvana Nunes de Queiroz
silvana.queiroz@urca.br
Universidade Regional do Cariri. Crato.
Ceará. Brasil.

1 INTRODUÇÃO

A formação da rede urbana cearense é marcada por sua estruturação tardia, assim como ocorreu no Brasil (MACEDO; LIMA JÚNIOR; MORAIS, 2012). A compreensão desse contexto de estruturação e formação da rede urbana no país é necessária para entender as novas dinâmicas de cada território. De acordo com Egler et al. (2011), é preciso analisar as configurações que uma rede urbana apresenta e suas potencialidades, pois ajuda na questão do planejamento público e privado, levando sempre em consideração que esses espaços urbanos estão em constante transformação e devem acompanhar as dinâmicas nacionais e globais.

As transformações provocadas pelo processo produtivo da industrialização causaram impactos significativos na rede urbana, fatores como a formação de novos vetores de expansão econômica que estavam ligados ao crescente padrão produtivo e de consumo da população, fazia com que ocorresse alterações nas funções das cidades (PEREIRA JÚNIOR, 2015). Conforme ressalta Araújo (2007), a indústria assume um papel importante na edificação socioeconômica das cidades, ela possui o poder de ditar os contornos da economia local, além de se tornar um elemento da organização daquele espaço.

Essas alterações da rede urbana precisavam ser estudadas e analisadas, com a finalidade de compreender suas configurações e rebatimentos sobre o território. No Brasil, tais estudos ganham novos contornos após as décadas de 1950 e de 1960. Esse período corresponde, segundo Egler et al. (2011, p. 29), “com a aceleração do processo de crescimento urbano e com a intervenção mais direta do Estado nas políticas territoriais durante o período Kubitschek (1956 - 1960), que culmina com a mudança da capital federal para Brasília”.

Esse processo de urbanização, principalmente nas áreas metropolitanas, provocou alteração na configuração da rede urbana brasileira, causada por fatores como a reestruturação produtiva, adoção de tecnologias de informação e comunicação, e reorganização internacional provocada pelo capital, transformando as aglomerações urbanas e configurando novas centralidades urbanas (DAVANZO et al., 2011).

Na estrutura da rede urbana existem algumas configurações importantes que proporcionaram alterações nas cidades. As metrópoles se classificam como nível mais elevado da estrutura urbana, são nesses espaços que há concentração populacional, modernas indústrias, diversas atividades comerciais, especialização de serviços e boas condições estruturais, especificamente na infraestrutura que reflete as demandas promovidas pelo desenvolvimento da industrialização (DAVANZO et al., 2011).

Apesar da metrópole ser considerada o nível mais elevado da estrutura urbana, ela pode apresentar um nível de complexidade que pode configurá-la com o nível internacional, com isso desempenha funções de comando e dinamizador da economia mundial, conforme ressalta Davanzo et al. (2011).

Nessa hierarquia urbana, novas configurações têm chamado atenção de pesquisadores sobre as dinâmicas em alguns territórios, como é o caso das cidades médias. De acordo com Silveira et al. (2018), as metrópoles conseguem atuar com papel destacado em relação à gestão do território, atingindo até níveis mundiais, porém, as cidades médias têm figurado com atuação importante na dimensão

espacial que estão inseridas, ou seja, conseguem intermediar relações e fluxos diversos naquele espaço.

As dinâmicas e relações das cidades são determinadas por vários fatores que podem intervir nesse processo, especialmente aspectos econômicos, demográficos ou geográficos, e podem servir de instrumentos norteadores do processo (DUARTE; NAVARRO, 2009). De acordo com Silveira et al. (2018), as cidades se configuram como importantes unidades que podem ser utilizadas pelo Estado ou pelo mercado, promovendo ações e estratégias de gestão, garantindo a reprodução, a organização espacial dos fluxos, dos objetos geográficos, propondo uma combinação planejada de diversos atores. Nesse contexto, Pereira Júnior (2015, p. 69) complementa que esse processo inclui outros fatores, como “a definir o tipo de capital investido nas cidades, o alcance da produção maquinofatureira, a geração de emprego e renda, as formas espaciais erguidas em função da melhor fluidez produtiva e os impactos socioespaciais da mobilidade urbana”.

As estruturas urbanas das cidades médias vêm promovendo muitos estudos sobre sua dinâmica (ALVES et al. 2019; DANTAS E CLEMENTINO, 2014; HOLANDA E AMORA, 2011; QUEIROZ et al. 2020; SANTANA et al. 2020; SILVEIRA et al. 2018). Araújo, Moura e Dias (2011) enfatizam que as funções ditadas pelas cidades médias e o seu raio de atuação tem gerado estudos, principalmente sobre aspectos econômicos, demográficos, redução da pobreza e violência, além de promover a ligação de atores sociais com a escala econômica e cultural do território que está inserido. As cidades médias têm importantes rebatimentos sobre a gestão do território, principalmente pelo nível centralizador das atividades, o que une as funções administrativas, econômicas, fluxos de pessoas, comércio e serviços, e integração entre a sua região de influência com as grandes metrópoles (SILVEIRA et al., 2018).

Estudos sobre a rede urbana no Brasil e suas configurações são desenvolvidos com o objetivo de analisar as configurações espaciais e a influência que determinado território pode possuir sobre outros espaços ou sobre uma região. O estudo desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), denominado Regiões de Influência das Cidades (REGIC) “tem o propósito de identificar e analisar a rede urbana brasileira, estabelecendo a hierarquia dos centros urbanos e as regiões de influência das Cidades” (IBGE, 2020, p. 9).

Nessa contextualização, o trabalho busca analisar as dinâmicas urbanas das cidades cearenses com base na classificação hierárquica do estudo das Regiões de Influência das Cidades (REGIC). O estudo fará uma comparação dos dados do REGIC (2007 e 2018), buscando entender as dinâmicas urbanas dos municípios cearenses, analisando se existe alguma relação das variáveis analisadas com a alteração no nível hierárquico da classificação dessas cidades. Assim, busca-se contribuir com estudos sobre a rede urbana e suas dinâmicas em cada território, utilizando como base os estudos da REGIC.

Com isso, utilizaram-se dados secundários provenientes de fontes nacionais, tais como o estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), especificamente o REGIC dos anos 2007 e 2018, utilizando como variáveis de referência as centralidades do ensino superior, da diversidade do comércio e serviços, estimativa populacional e econômica dos municípios, com o intuito de analisar a pertinência dos níveis hierárquicos que cada cidade possui.

O Ceará foi escolhido como recorte geográfico por apresentar dinâmicas urbanas e regiões de influência que acabam configurando os espaços urbanos, além de inserir-se no contexto nacional como influente em várias dinâmicas urbanas, e não encontrar até o presente momento estudos com a perspectiva que será abordada neste trabalho.

Na busca de analisar as dinâmicas urbanas, este estudo está estruturado com essa breve introdução, e na seção seguinte explora o contexto de formação da rede urbana no Brasil e no Ceará, além de suas configurações. A metodologia está exposta na seção três, com a área de estudo, os dados utilizados e os procedimentos metodológicos. Na seção seguinte são analisados alguns dados que influenciam as dinâmicas urbanas e, por fim, são propostas algumas considerações.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Formação da rede urbana brasileira e cearense

A configuração da rede urbana brasileira tem suas raízes desde o processo de formação da economia brasileira, com os seus importantes ciclos, tais como economia açucareira, mineração e cafeeira. Importantes cidades tiveram surgimento e estruturação urbana oriundas desses ciclos econômicos. Batista (2014) ressalta que o período marcado pela fase primário-exportadora possuía uma distribuição espacial que não detinha uma integração nacional, e esses espaços se polarizaram devido a concentração de mão-de-obra para produção e, com isso, se formavam pequenos centros urbanos para escoamento do excedente.

É importante entender e compreender as relações urbanas existentes no país buscando reduzir as disparidades existentes entre esses espaços. De acordo com Egler et al. (2011, p. 25), “a compreensão da rede urbana de um país, seus centros de gestão e as relações entre o território e a sua dinâmica econômica nacional e supranacional ganham importância para além de um amplo diagnóstico de sua economia”. Essas desigualdades que acontecem entre e dentro dos espaços urbanos precisam ser reconfiguradas por meio de políticas e ações que buscam reduzir as disparidades, compreendendo que existem distinções entre os territórios e suas particularidades, e assim promover de maneira articulada uma política urbana e regional nacional (MOTTA; MATA, 2008).

De acordo com Pereira Júnior (2015), foi através das atividades industriais que se configuraram elementos para organização do espaço urbano, tendo em vista a aglomeração de pessoas e serviços, que contribuíam pra circulação de bens e informações. A década de 1950 e de 1960 também é marcada pelas configurações e análises feitas pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN).

Segundo Macedo, Lima Júnior e Morais (2012), esse período foi marcado pelas reivindicações de áreas atrasadas, como o caso do Nordeste, devido o processo de industrialização que se concentrava no Centro-Sul do Brasil. Os autores ressaltam que o diagnóstico feito pelo GTDN possibilitou a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que utilizou financiamento próprio e técnicas de planejamento, o que tornou decisivo para que

o processo de industrialização se expandisse para o Nordeste (MACEDO, LIMA JÚNIOR; MORAIS, 2012).

Assim, a preocupação em identificar os espaços urbanos no Brasil, tem o seu marco decisório nos anos de 1960. Segundo Moura e Pêgo Filho (2016), esse período é marcado por uma política nacional de desenvolvimento urbano que buscou identificar as aglomerações urbanas, introduzindo as regiões metropolitanas como suporte ao projeto de descentralização urbana.

Houve uma intensificação de estudos sobre a rede urbana no Brasil, na década de 1970, desenvolvidas especialmente por geógrafos, como o país não possuía universidades consolidadas que pudessem fazer frente aos desafios do desenvolvimento urbano, era preciso conhecer o território nacional e para isso, a vinda de cientistas estrangeiros seriam o suporte para a construção de um ambiente acadêmico e de pesquisa que ainda não existiam (EGLER et al., 2011).

Nesse sentido, foi com a constituição do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), no período de 1975 a 1979, que foi estabelecido uma política urbana nacional. Segundo Motta e Mata (2008), essa política tinha como objetivos, conhecer a estrutura da rede urbana brasileira, com a finalidade de promover ações eficazes na estruturação das cidades e conseqüentemente elevando o padrão de vida das pessoas, a estratégia estava em promover a desconcentração da atividade industrial que prevalecia na região Sudeste e Sul, em um processo de interiorização e dinamização da base econômica do Nordeste, além da promoção de ações em espaços urbanos do Norte e Centro-sul. Os autores ressaltam duas medidas dessa política: “a implantação de regiões metropolitanas (RMs) e a identificação das funções a serem cumpridas pelas metrópoles nacionais e regionais; e a definição de pólos secundários – as cidades médias” (MOTTA; MATA, 2008, p. 33).

Ainda nesse período foi criado dentro do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), um grupo de Áreas Metropolitanas, que objetivava identificar e delimitar nove unidades metropolitanas que seriam instituídas em leis (MOURA; PÊGO FILHO, 2016). Assim, levando em consideração o crescimento de grandes cidades em todas as regiões do país, foram criadas nove regiões metropolitanas, em 1973-1974, sendo elas em São Paulo, Rio de Janeiro, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Porto Alegre e Curitiba (DAVANZO et al., 2011).

De acordo com Moura e Pêgo Filho (2016), os anos de 1980 marcaram uma mudança no debate sobre a estruturação metropolitana, especialmente com a criação de mecanismos estaduais nas áreas metropolitanas instituídas, buscando apoiar esses espaços, porém tiveram dificuldades na gestão regional, dada a complexidade dos mesmos. A política urbana proposta no III PND (1980-1985) dava importância para a rede de cidades como ferramenta para o desenvolvimento do país, ou seja, tinha papel importante na estruturação do território nacional e na configuração das cidades (MOTTA; MATA, 2008).

Nesse contexto, a política priorizava a estruturação de um sistema de cidades, enfatizando a estruturação delas no Nordeste, Norte e Centro-Oeste, além de melhorar a qualidade de vida urbana, como questões habitacionais, de saneamento básico e transporte urbano (MOTTA; MATA, 2008). De acordo com Alves et al. (2019), foi entre a década de 1980 e de 1990 que as políticas promovidas pela SUDENE têm maiores reflexos.

O período compreendido entre 1980 e 1990 é um importante ponto de inflexão no contexto Federal, é nesse período que há a instauração de uma nova Constituição Federal, especificamente em 1988. Até a Constituição Federal (CF/1988), apenas a União podia instituir Regiões Metropolitanas no país, isso muda quando a CF/1988 passa a autonomia para os Estados, no contexto de redemocratização e descentralização política, os Estados passaram a ter autonomia no reconhecimento, na instituição e na reformulação das regiões metropolitanas (BATISTA, 2014).

No Brasil, a década de 1990 é marcada por um processo de redefinições econômicas internacionais e nacionais que se refletem em diversas regiões, especialmente na região Nordeste, com alteração no seu papel na escalada de investimentos produtivos (PEREIRA JÚNIOR, 2015). De acordo com Pereira Júnior (2015), na região Nordeste foi possível observar as transformações na estrutura econômica mediante as transformações sofridas no país com abertura comercial, alterando as configurações na atividade industrial, modernizando os serviços e o agronegócio.

No Ceará, as políticas federais tiveram impacto importante na configuração do seu espaço territorial. Para Araújo (2007, p. 99), a SUDENE teve importância preponderante na “configuração atual da Região Metropolitana de Fortaleza – RMF e do Ceará”. Conforme Alves et al., (2019), o Ceará foi beneficiado pelas políticas de atração industrial, assim como na região Nordeste, porém, houve uma concentração na capital, Fortaleza, e na sua Região Metropolitana (RM), proporcionando a ampliação das desigualdades no próprio estado.

Ainda nesse período, o Governo de Tasso Jereissati (1987-1991) tem como principal objetivo inserir o Ceará em um novo modelo de produção mundial, vislumbrando o aumento da produção e do capital, conforme Araújo (2007). Macedo, Lima Júnior e Morais (2012, p. 81) ressaltam que esse Governo (1987-1991) formulou um documento com as diretrizes para consumir uma nova política industrial no Ceará, sendo prioritárias as seguintes ações: “1) programas de interiorização; 2) programa de promoção industrial; 3) programa mineral; 4) programa de desenvolvimento tecnológico industrial e; 5) projetos especiais”.

No contexto de expansão industrial, Araújo (2007, p. 104) enfatiza que “a implantação das indústrias teve papel importante em relação à atual configuração espacial do Estado”, ressaltando alguns fatores que se tornam significativos, como aumento da população urbana, estímulo à migração campo-cidade, reestruturação da dinâmica no campo com a modernização agrícola e mudanças nas relações de trabalho.

A política de atração de investimentos e empresas desenvolvida no Ceará, proporcionou uma forte concentração espacial na capital e RM de Fortaleza. Segundo Macedo, Lima Júnior e Morais (2012), não havia uma preocupação com essa concentração espacial, porém, nos anos seguintes foi incorporado um mecanismo de desconcentração da atividade produtiva, privilegiando espaços distantes da RM de Fortaleza, tendo como principal finalidade a redução das desigualdades dentro do estado¹.

¹ Foram utilizados recursos públicos que tiveram rebatimentos importantes para região, como do Banco do Brasil (BB), do Banco do Nordeste (BNB) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e no Ceará, um mecanismo importante como fonte de recursos foi o Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará – FDI (ARAÚJO, 2007).

Assim, a “guerra dos lugares” começa a ganhar novos contornos nas políticas promovidas pelo estado do Ceará. Esse mecanismo possibilitou a atração de investimentos públicos e privados, promovida pelos estados nordestinos, e também pelo Ceará, sendo o principal responsável pela requalificação dessas regiões (PEREIRA JÚNIOR, 2015). Conforme destaca Araújo (2007, p. 104), os fatores que favoreceram esse deslocamento de indústrias para o interior foram a “facilidade de controle dos empresários nos locais, sem resistência sindical e a possibilidade de reduzir os custos da produção”.

Nesse contexto, os espaços urbanos cearenses se configuraram com atividades industriais ditas tradicionais, como as indústrias têxteis, calçadistas e alimentares, tendo em vista as atividades típicas predominantes na formação do Estado, especialmente ligadas ao setor agrícola. Com as ações promovidas pelo Estado, visando as transformações nacionais e mundiais, o espaço cearense acaba se inserindo no contexto de atratividade de investimentos e, com isso, passa a integrar-se no processo de reestruturação produtiva que estava em curso no Brasil (ARAÚJO, 2007; MACEDO; LIMA JÚNIOR; MORAIS, 2012).

Nesse cenário surgem novas configurações urbanas, além das regiões metropolitanas, os aglomerados urbanos, as cidades médias e as regiões de influência, conforme será tratado no próximo tópico.

2.2 Configurações da rede urbana no Brasil e no Ceará

Quando se trata da rede urbana e sistemas urbanos é preciso entender a sua diferença e o contexto de inserção dessa temática. Egler et al. (2011) ressalta que a rede urbana é um nível de abstração e que reflete as características históricas e geográficas de um território, enquanto os sistemas urbanos expressam os comportamentos dos fluxos e a dinâmica do território.

No que se refere aos centros urbanos, Sposito (1991) ressalta que esses são expressão de atividades e categorias sociais que possuem uma coordenação dentro do espaço, ou seja, há uma organização, coordenação e o intercâmbio nas relações concernentes à divisão social do trabalho.

Analisar os novos contextos urbanos é importante para verificar como esses espaços influenciam nas dinâmicas espaciais dos territórios. Assim, Moura e Pêgo Filho (2016), em seu estudo sobre as aglomerações urbanas no Brasil e na América do Sul, ressaltam que o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) realizou um estudo buscando caracterizar as tendências da rede urbana do Brasil, buscando a identificação dessas aglomerações, com o objetivo:

analisar a configuração e as tendências de evolução da rede urbana, enfocando as transformações espaciais do desenvolvimento e buscando qualificar os determinantes do processo de urbanização e do sistema urbano brasileiro, com vistas a oferecer subsídios à formulação de uma política urbana nacional e de políticas setoriais e territoriais (MOURA; PÊGO FILHO, 2016, p. 12).

Os espaços urbanos possuem diferentes estruturas, é necessário entender suas dinâmicas e o reflexo dessas espacialidades. Nesse sentido, Pereira Júnior (2015) enfatiza que nesses espaços territoriais existem relações de pessoas, integração e dinamização de mercadorias e a circulação do capital. Nesse

entendimento é preciso “identificar as novas centralidades e aglomerações urbanas, seus vetores de expansão, as novas relações entre centros urbanos, bem como os reposicionamentos de centros consolidados na rede de cidades” (MOURA; PÊGO FILHO, 2016, p. 14).

Nesse contexto de organização dos espaços urbanos, como dito anteriormente, no Brasil, as regiões denominadas metropolitanas surgiram durante a década de 1970. O seu processo de formação está associado aos fenômenos da industrialização e urbanização, ou seja, possui como características básicas a grande concentração de pessoas, as dinâmicas e multifunções nesses territórios e a presença de relações econômicas que perpassam seus territórios, atingindo todo o ambiente nacional e em parte, o internacional (DAVANZO et al., 2011).

Até a década de 1980 e de 1990, existiam nove regiões metropolitanas criadas por meio de leis federais, isso muda com a Constituição Federal de 1989, quando a legislação das Regiões Metropolitanas passa a ser de autonomia dos Estados. Segundo Moura e Pêgo Filho (2016), a Constituição Federal deu competência aos Estados para institucionalizar o planejamento e gestão metropolitana entre três categorias, a Região Metropolitana (RM), a Aglomeração Urbana (AU) e a Microrregião (MR).

Além disso, as novas dinâmicas provenientes da globalização promovem uma transformação na forma de ver o contexto das cidades e regiões. Segundo Ojima e Marandola Júnior (2012), as cidades pequenas e médias passaram a redefinir os espaços da cidade e da região, que antes refletiam-se no contexto metropolitano. Observa-se nas pequenas e médias cidades, deslocamentos cotidianos para trabalho e estudo que promovem uma multiplicidade de novas dinâmicas no espaço urbano, que não envolve as regiões metropolitanas, difundindo um novo contexto de redes e sistemas para estruturação dos espaços urbanos.

Com relação aos tipos de aglomerações urbanas, pode-se refletir sobre o conceito de cidades médias. Segundo Araújo, Moura e Dias (2011), as cidades médias se caracterizam por serem uma organização da rede urbana que estão conjuntamente ligadas aos espaços metropolitanos, apesar de serem denominados espaços urbanos não metropolitanos.

Essa configuração de rede urbana, no caso as cidades médias, tem se tornado importantes núcleos estratégicos para as políticas de desenvolvimento nacional, desde a década de 1970 e de 1980, desempenhando um papel importante na configuração urbana (MOTTA; MATA, 2008). A configuração das cidades médias tem reflexo na definição da lógica global, funções como a sua posição ou situação geográfica, os papéis políticos e administrativos que vem desempenhando sob a lógica de divisão socioespacial do trabalho (ARAÚJO; MOURA; DIAS, 2011).

Ainda há uma indefinição conceitual sobre cidades médias. De acordo com Alves et al. (2019, p. 64), “o conceito de “cidade média ou de porte médio” se difundiu nos anos 1950/60, quando as preocupações com o desenvolvimento e os desequilíbrios regionais emergiram junto aos planejadores, governos e acadêmicos”. Motta e Mata (2008) enfatizam que a definição de cidades médias depende de algo específico, como objetivos ou políticas públicas. Os autores colocam que a definição utilizada se refere ao tamanho demográfico, ressaltando que municípios que possuem população entre 100 mil até 500 mil habitantes são consideradas cidades médias (MOTTA; MATA, 2008).

Pensar o contexto de cidades médias, deve-se levar em consideração outras variáveis, não apenas o tamanho populacional (QUEIROZ et al., 2020). Nessa perspectiva Motta e Mata (2008) enfatizam que as cidades médias possuem dinâmicas econômicas e demográficas diversas que pretendem atender públicos diferentes, e que a oferta de bens deve ser manifestada em direção aquele público. Soares (1999) coloca algumas características que podem ser levadas em consideração, no entendimento de cidades médias:

tamanho demográfico, qualidade das relações externas, especialização e diversificação econômica, posição e sua importância na região e na rede urbana de que faz parte, organização espacial e índices de qualidade de vida; atributos que podem variar de região para região, de país para país, tendo em vista sua formação histórico/geográfica (p. 57).

No que tange a oferta de oferta de serviços, as cidades médias se tornaram importantes locais para a dinamização das cidades (ARAÚJO; MOURA; DIAS, 2011). Esses locais se tornam privilegiados por ofertar serviços de qualidade e bem-estar, em comparação aos níveis de hierarquia urbana elevadas (MOTTA; MATA, 2008).

No contexto do Ceará, observa-se algumas configurações urbanas importantes que ajudam a compreender particularidades do território. A Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) foi criada em 1973, inicialmente, composta pelos municípios de Fortaleza, Caucaia, Maranguape, Pacatuba e Aquiraz, com o processo de desmembramentos ou por incorporação de municípios, foram inseridos novos territórios, englobando um total de dezenove municípios (Aquiraz, Cascavel, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Fortaleza, Guaiuba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba, Paracuru, Paraipaba, Pindoretama, São Gonçalo do Amarante, São Luís do Curu e Trairi) (FIRMIANO et al. (2018). De acordo com Macedo, Lima Júnior e Morais (2012, p. 74), o intenso processo de atividade industrial, em Fortaleza e Região Metropolitana, foram importantes para “delinear os aspectos macrocefálicos” que se encontram presentes nesse território.

Além da RMF, primeira área metropolitana instituída no Ceará, foi instituída outra RM no interior do estado, especificamente no sul cearense, a RMCariri. De acordo com Queiroz (2014), a RM do Cariri foi instituída em 2009, por meio de Lei complementar Estadual, consolidada com as três principais cidades da região, no caso de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, e com a inclusão de mais alguns municípios limítrofes (Caririaçu, Farias Brito, Jardim, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri), totalizando nove municípios na RM.

Com relação as cidades médias, verifica-se que conforme o critério adotado pelo IBGE (100.000 a 500.000 mil habitantes), no Ceará, cinco cidades do interior estão incluídas nessa classificação: Crato, Juazeiro do Norte, Sobral, Itapipoca e Iguatu (QUEIROZ et al., 2020). Queiroz et al. (2020) ressaltam que entre 2000 e 2010, houve aumento no número de cidades médias na região Nordeste, saindo de 23 para 30 cidades, respectivamente, inclusive no Ceará, onde a cidade de Itapipoca passou a se configurar com essa classificação.

O aglomerado urbano CRAJUBAR, formado pela conurbação entre os municípios de Crato-Juazeiro do Norte-Barbalha, localizado no interior do estado, é uma área que detêm uma dinâmica atrelada a atividades voltadas ao comércio

externo e interno, especialmente com polo calçadista e ensino Universitário (MACEDO; LIMA JÚNIOR; MORAIS, 2012). De acordo com Queiroz (2014), essa região (Cariri) possibilitou uma ocupação intensiva de atividades ligadas ao contexto urbano, especialmente pelo processo histórico de interdependência e complementariedade entre os municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha e a proximidade entre os núcleos urbanos dessas cidades, possibilitando a formação de um aglomerado urbano, denotado como CRAJUBAR.

O estudo das Regiões de Influência das Cidades (REGIC) “tem o propósito de identificar e analisar a rede urbana brasileira, estabelecendo a hierarquia dos centros urbanos e as regiões de influência das Cidades” (IBGE, 2020, p. 09). Nesse sentido, Duarte e Navarro (2009) ressaltam que o estudo do REGIC tem como objetivo formular conhecimento sobre as relações sociais existentes entre as cidades, possibilitando aos agentes subsidiar políticas planejadas, tendo em vista o conhecimento dos padrões sociais. O REGIC se estrutura em duas dimensões: a hierarquia dos centros urbanos, que se divide em cinco níveis (Metrópole, Capital Regional, Centro Sub-Regional, Centro de Zona e Centros Locais) e as regiões de influência. A classificação hierárquica das REGIC’s é dada por 1A (Grande Metrópole Nacional), 1B (Metrópole Nacional), 1C (Metrópole), 2A (Capital Regional A), 2B (Capital Regional B), 2C (Capital Regional C), 3A (Centro Sub-Regional A), 3B (Centro Sub-Regional B), 4A (Centro de Zona A), 4B (Centro de Zona B) e 5 (Centro Local) (IBGE, 2020).

No Ceará, de acordo com os dados do REGIC 2018 (IBGE, 2020), existem cinco Arranjos Populacionais (AP), que aglomeram grupos de municípios, sendo eles: AP de Fortaleza (Fortaleza, Eusébio, Pacatuba, Caucaia, Aquiraz, Itaitinga, Maracanaú e Maranguape), AP de Juazeiro do Norte (Barbalha, Crato e Juazeiro do Norte), AP de Jucás – Cariús (Jucás e Cariús), AP de Redenção - Acarape (Redenção e Acarape) e AP de Sobral (Sobral e Forquilha).

As configurações da rede urbana auxiliam no entendimento de cada território, suas particularidades, suas demandas, sua influência sobre outros territórios e como há uma diversificação de padrões que ajudam a compreender as dinâmicas espaciais de cada local.

3 METODOLOGIA

3.1 Área de estudo

A área de estudo desse trabalho é o Ceará, especificamente as cidades que possuem um nível de hierarquia conforme a classificação das Regiões de Influências das Cidades (REGIC). As regiões de influência são definidas pela ligação das cidades com menor nível de hierarquia urbana com as cidades que estão nos níveis mais elevados da classificação, especificamente, as metrópoles (IBGE, 2020).

Por sua vez, o nível hierárquico é uma das dimensões analisadas no contexto urbano que classifica as cidades em cinco níveis (Metrópole, Capital Regional, Centro Sub-Regional, Centro de Zona e Centros Locais) e os seus respectivos sub níveis, de acordo as funções exercidas pelas cidades sobre outras (IBGE, 2020).

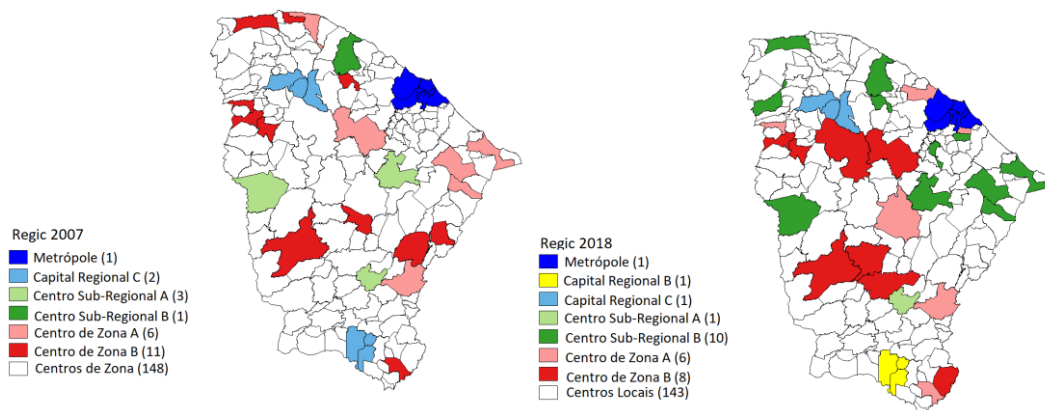
O trabalho utilizará os níveis hierárquicos, conforme a classificação das cidades cearenses, como: AP de Fortaleza (Metrópole), AP de Juazeiro do Norte

(Capital Regional B), AP de Sobral (Capital Regional C), Iguatu (Centro Sub-Regional A), Aracati, Baturité, Camocim, Crateús, Itapajé, Itapipoca, Limoeiro do Norte, Pacajus, Quixadá, Russas e Tianguá (Centro Sub-Regional B), Brejo Santo, Horizonte, Icó, Quixeramobim, São Benedito e São Gonçalo do Amarante (Centro de Zona A), Acopiara, Canindé, Guaraciaba do Norte, Ipu, Mauriti, Mombaça, Santa Quitéria e Tauá (Centro de Zona B) e os demais municípios são classificados com Centros Locais, observando as cidades que sofreram alteração entre os estudos do REGIC.

Algumas cidades sofreram alteração no nível hierárquico do REGIC 2007 (IBGE, 2008) para o de 2018, apresentando tanto elevação quanto queda nos níveis. Cidades que apresentaram elevação no nível de influência foram: AP de Juazeiro do Norte (Capital Regional C para Capital Regional B), Aracati, Limoeiro do Norte e Russas (Centro de Zona A para Centro Sub-Regional B), Camocim e Itapajé (Centro de Zona B para Centro Sub-Regional B), Brejo Santo e São Benedito (Centro de Zona B para Centro de Zona A), Baturité, Pacajus e Tianguá (Centro Local para Centro Sub-Regional B), Horizonte, Quixeramobim e São Gonçalo do Amarante (Centro Local para Centro de Zona A) e Acopiara, Mauriti, Mombaça e Santa Quitéria (Centro Local para Centro de Zona B).

Em contrapartida, algumas cidades apresentaram declínio no nível hierárquico, como Crateús e Quixadá (Centro Sub-Regional A para Centro Sub-Regional B), Acaraú (Centro de Zona A para Centro Local), Canindé (Centro de Zona A para Centro de Zona B), Cruz, Iracema, Jaguaribe e Senador Pompeu (Centro de Zona B para Centro Local). As demais cidades com classificação não sofreram alteração em sua hierarquia.

Figura 1 – Nível Hierárquico das cidades cearenses - REGIC 2007 e 2018



Fonte: Organização própria com base nos dados do REGIC 2007/2018.

Nesse sentido, percebe-se que mais cidades passaram a figurar como influentes nos seus territórios, apesar das mudanças ocorridas em alguns municípios, outras cidades ascenderam como responsáveis, mesmo que em nível hierárquico intermediária, isso demonstra que os territórios passaram a integrar com dinâmicas urbanas que acabam rebatendo sobre outras cidades.

3.2 Banco de dados

Os dados utilizados nessa pesquisa são de origem secundária e oriundas de bancos de dados de sites oficiais, como os estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre as Regiões de Influências das Cidades (REGIC) dos anos 2007 e 2018. Os microdados do Censo da Educação Superior (2005-2015) e da Sinopse Estatística da Educação Superior (2005-2015), disponível no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Dados dos municípios cearenses no site do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), precisamente a base sobre o Perfil Municipal de 2005 e 2015.

3.3 Procedimentos metodológicos

A metodologia utilizada nesse estudo é de cunho bibliográfico. Esse tipo de pesquisa utiliza material já elaborado como artigos, produções científicas, livros e textos que tratam de um determinado assunto, sendo utilizados como suporte para as reflexões do tema. Ademais, busca-se utilizar métodos de caráter exploratório e dados quantitativos para descrição de algumas informações. Com relação a análise descritiva, a sua finalidade se relaciona com a especificação de fatos ou análise de variáveis específicas, e o caráter exploratório, deve-se buscar explanar pesquisa que tem como objetivo elaborar questões específicas de um problema (GIL, 2002; MARCONI E LAKATOS, 2003).

3.3.1 Procedimentos e variáveis utilizadas pelo REGIC

O estudo do REGIC busca compreender as ligações existentes entre as redes urbanas, levando em consideração: gestão do território; comércio e serviços; instituições financeiras; ensino superior; saúde; informação; cultura e esporte; transporte; atividades agropecuárias e as ligações internacionais (IBGE, 2020), abordando o nível de centralidade de cada uma dessas temáticas e o grau de influência de cada cidade.

Para fins do estudo proposto serão analisadas as variáveis de centralidade da diversidade do comércio e serviços, centralidade do ensino superior, complementado com dados populacionais e econômicos. Essas variáveis foram escolhidas por serem importantes na configuração da rede urbana, tendo em vista que os setores do comércio e serviços e a oferta de ensino superior promovem o aumento na oferta de emprego, fluxo de pessoas e dinamismo dentro dos espaços urbanos das cidades.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção serão analisados os dados referentes as cidades cearenses e suas dinâmicas urbanas, conforme nível hierárquico dos REGIC's 2007 e 2018, utilizando dados sobre a estimativa populacional, perfil econômico, os índices de centralidade do ensino superior e das atividades de comércio e serviços.

4.1 População e perfil econômico dos municípios cearenses

A Tabela 01 apresenta informações sobre as estimativas da população residente no Ceará, nos anos de 2007 e 2018, distribuído por nível hierárquico do REGIC. A população residente no Ceará em 2007, encontrava-se concentrada na metrópole, com 59,61% residindo nos municípios que compõem esse arranjo populacional, apesar do aumento no número absoluto de residentes, nota-se redução percentual nesse nível, ou seja, a população cearense passou a residir em cidades pequenas ou médias nesse período, fato que pode ser observado nas cidades classificadas como centros locais, que em 2018 apresentava um percentual de 34,16% da população cearense.

Isso implica que a população residente no Ceará aumentou, mas essa população não se deslocou para a metrópole, e sim para as pequenas e médias cidades. Nesse sentido, Queiroz et al. (2020, p. 23) enfatizam que algumas cidades médias dentro da região Nordeste apresentam “cidades influentes, dinâmicas e atrativas para migrantes, que, em certa medida, amortecem a concentração populacional nas regiões metropolitanas e a descentralizam para o interior”. Os autores ainda colocam que a oferta de serviços, baixo custo de vida associado a melhoria na qualidade de vida, oferta de ensino superior, oportunidades de trabalho, saúde, lazer e estudo são condições importantes para atração de migrantes para as pequenas e médias cidades, dentro do próprio Estado (QUEIROZ et al., 2020).

Tabela 1. Estimativa da população residente – Ceará – 2007/2018

Nível da hierarquia	2007	%	2018	%
Metrópole	3.250.937	59,61	3.615.573	39,84
Capital Regional B	-	0,00	463.453	5,11
Capital Regional C	580.618	10,65	230.813	2,54
Centro Sub-Regional A	240.751	4,41	103.255	1,14
Centro Sub-Regional B	107.281	1,97	798.035	8,79
Centro de Zona A	372.576	6,83	357.741	3,94
Centro de Zona B	413.986	7,59	406.692	4,48
Centros Locais	487.190	8,93	3.100.087	34,16
Total	5.453.339	100,00	9.075.649	100,00

Fonte: Organização própria com base nos dados do REGIC 2007/2018.

Através dos dados da Tabela 01 é possível notar que o nível hierárquico Centro Sub-Regional B sofreu variação ao sair de aproximadamente 1,97% da população residente em 2007 para 8,79% em 2018, caso que pode ser explicado pela mudança positiva no nível hierárquico de 8 cidades que passaram a essa nova classificação, assim como a queda dos municípios de Crateús e Quixadá para esse nível. Essas últimas cidades citadas representam sozinhas 1,79% da população desse nível hierárquico. Segundo Pereira Júnior (2015), as pequenas e médias cidades tem se configurado como importantes atrativos de investimentos, principalmente do setor industrial, o que possibilita aumento na oferta de emprego. Com esse dinamismo, a população irá em busca de locais que oferecem condições de emprego, fazendo com que haja um aumento na população residente nesses municípios.

Outro grupo hierárquico que merece destaque é a Capital Regional B, composta pelos municípios de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha que, em 2007, se classificavam como Capital Regional C, passando a representar 5,11% da população cearense em 2018, contra 7,40% em 2007. De acordo com Queiroz et al. (2020), as cidades médias, Crato e Juazeiro do Norte, apresentaram saldo migratório positivo no fluxo de migrantes intraestadual no Censo Demográfico 2010, ou seja, um indivíduo que morava em alguma cidade do Ceará migra para essas cidades médias, praticando a migração de curta distância, dentro do próprio estado. Assim, essas duas cidades se configuram como importantes receptoras de pessoas.

Com relação as condições econômicas dos municípios, a Tabela 02 traz informações sobre o Valor Adicionado do Produto Interno Bruto (PIB), em termos percentuais, de 2005 e 2016, calculado com relação aos níveis hierárquicos dos REGIC's 2007 e 2018. Com relação ao PIB do estado, apesar do arrefecimento, ainda há uma concentração na metrópole tanto em 2005 quanto em 2016, com 73,12% e 58,99%, respectivamente. Com isso, há uma queda no valor relativo desse nível hierárquico, o que implica uma transferência de atividades para outras cidades que acabam influenciando na composição do PIB estadual.

No REGIC de 2007 (IBGE, 2008), a Capital Regional C, respondia por 9,01% do PIB do Ceará, nessa categoria estavam o AP de Juazeiro do Norte e de Sobral, isso muda com o REGIC 2018, onde o AP de Juazeiro do Norte passa a ser denominado Capital Regional B e representa 4,73% do PIB estadual, enquanto o AP de Sobral, que manteve a classificação como Capital Regional C, apresentou um PIB de 3,11%. Importante ressaltar o percentual do PIB do Centro Sub-Regional B, que em 2005 apresentava um percentual de 0,94% do PIB e salta para 6,88% em 2016, isso é explicado pelo número de municípios que passaram a integrar essa categoria, no total de 10, especialmente municípios que subiram nas categorias do REGIC (Aracati, Limoeiro do Norte, Russas, Camocim, Itapajé, Baturité, Pacajus e Tianguá), quanto os que apresentaram queda como os casos de Crateús e Quixadá.

Com relação à distribuição relativa do Valor Adicionado (V.A.) por setores, foram analisados agropecuária, indústria, serviços e administração pública, para os anos 2005 e 2016. Com relação ao V.A. agropecuário, as cidades pertencentes ao nível hierárquico baixos apresentaram os maiores percentuais dessa atividade no Ceará, como o caso dos Centros Locais (25,05% e 59,61%) em 2005 e 2016, respectivamente. Esse grupo apresenta municípios que se tornam dependentes de outras cidades com dinâmicas espaciais mais relacionadas aos setores de serviços, indústria e comércio, fazendo com que sua sustentação se dê através de atividades agrícolas. Outro caso é com relação ao setor da administração pública, as cidades pequenas apresentam baixa dinâmica na economia e se tornam dependentes desse setor para geração de empregos.

Tabela 2 – Valor Adicionado do Produto Interno Bruto (PIB) - Ceará – 2005/2016

2005					
Nível da Hierarquia em 2007	PIB	V. A. Agropecuária	V. A. Indústria	V. A. Serviços	V. A. Adm. Pública
Metrópole	73,12	12,15	72,52	74,70	63,92
Capital Regional C	9,01	5,27	10,90	8,57	8,13
Centro Sub-Regional A	2,85	8,91	1,35	3,26	4,50
Centro Sub-Regional B	0,94	3,47	1,13	0,81	1,22
Centro de Zona A	4,24	21,97	3,70	3,97	6,41
Centro de Zona B	3,95	23,17	2,63	3,94	7,11
Centros Locais	5,89	25,05	7,76	4,74	8,70
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
2016					
Nível da Hierarquia em 2018	PIB	V. A. Agropecuária	V. A. Indústria	V. A. Serviços	V. A. Adm. Pública
Metrópole	58,99	4,74	64,07	67,63	39,17
Capital Regional B	4,73	2,97	3,31	5,60	4,77
Capital Regional C	3,11	0,76	4,23	3,02	2,73
Centro Sub-Regional A	1,03	1,92	0,50	1,12	1,12
Centro Sub-Regional B	6,88	17,30	6,06	5,89	8,47
Centro de Zona A	4,57	6,20	8,85	2,82	4,40
Centro de Zona B	2,36	6,50	1,11	1,87	4,32
Centros Locais	18,32	59,61	11,86	12,05	35,03
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Nota: V.A. (Valor Adicionado); Adm. (Administração).

Fonte: Organização própria com base nos dados do REGIC 2007/2018.

No tocante ao setor de serviços, o valor agregado da metrópole em 2005 representa 74,70% de todo Estado, porém apresenta redução na sua participação em 2016, quando contabiliza 67,63%, mas ainda se sobressai com relação as demais cidades do Ceará, demonstrando que esse nível hierárquico ainda é preponderante na dinâmica do Estado. A metrópole, constituída pelo AP de Fortaleza se destaca por se configurar com um elevado percentual do V.A. do setor de serviços. Como nesse arranjo está a capital do Estado, tem-se que ela se constitui como um polo importante na oferta de serviços, sendo o centro dinamizador cearense (HIGA, 2011).

O valor adicionado dos serviços também tem o destaque da Capital Regional B com percentual de 5,60% em 2016. Nesse nível estão as cidades de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha que formam uma conurbação em seu espaço chamada de CRAJUBAR (Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha). Elas se relacionam pela oferta de serviços de saúde, educação, comércio varejista e atacadista, turismo religioso, cultural e ecológico, transporte coletivo e serviços especializados, e se tornam uma importante configuração urbana para o estado, por possuir influência que ultrapassa o território estadual. De acordo com Holanda e Amora (2011), essas cidades aderiram ao modelo de gestão moderna, utilizando principalmente a política fiscal de atração de novos empreendimentos para o território, o que reflete sobre a centralidade delas.

O valor adicionado do setor industrial demonstra concentração na metrópole tanto em 2005 quanto em 2016, mas com arrefecimento de 72,52% para 64,07%, respectivamente. Ainda sobre esse setor, verifica-se que o Centro de Zona A, em 2016, passou a representar 8,85% do valor adicionado do estado, dentre os municípios que compõem esse nível, apenas Icó fazia parte no REGIC 2007, os demais passaram a pertencer a esse nível hierárquico em 2018, casos como de Brejo Santo, Horizonte, Quixeramobim, São Benedito e São Gonçalo do Amarante. Essas cidades apresentaram elevação no número de indústria, especificamente de transformação. Essas empresas industriais transformam “o espaço urbano regional a seu modo, articulando escalas, evidenciando uma nova divisão interurbana do trabalho ou organizando o uso do solo com base em preceitos cada vez mais capitalistas” (PEREIRA JÚNIOR, 2015, p. 69).

4.2 Centralidade da diversidade de comércio e serviços

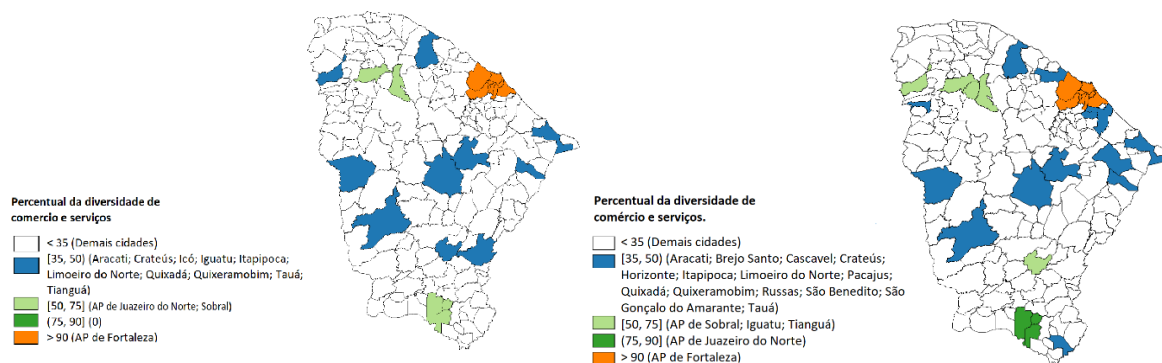
A Figura 02 apresenta a distribuição do índice relacionado as somas percentuais das tipologias comércio e serviços no estado do Ceará com base nos dados do REGIC 2007/2018. Segundo o REGIC – 2018, os percentuais máximos representam maior diversidade de comércio e serviços, ou seja, aquele município apresenta centralidade máxima nessa temática, o inverso também acontece, os municípios que possuem menores percentuais apresentam centralidades mínimas, assim o comércio e serviços são relativamente menos diversificados (IBGE, 2020).

O setor de serviços ganha impulso na economia cearense, associando ao processo de globalização e reestruturação produtiva, fazendo com que esse setor absorvesse o excedente do emprego industrial, além de ganhar importância graças as medidas de atração de investimentos e ajuste fiscal, relacionando ao novo contexto de desenvolvimento (SANTANA et al., 2020).

Com base nesse indicador, pode-se inferir que o AP de Fortaleza se encontra na classe maior que 90%, especificamente, 93,04% e 92,70%, em 2007 e 2018, respectivamente, demonstrando que por se tratar de uma metrópole, segundo classificação do REGIC, esse aglomerado urbano possui uma gama diversa de comércio e serviços, que proporciona um grau de influência nacional e internacional.

Verifica-se que no REGIC de 2007 que o AP de Juazeiro do Norte estava classificado em um nível entre 50 e 75% da diversidade do comércio e serviços, e esse percentual se altera em 2018, quando esse arranjo passa a se caracterizar numa classe que varia entre 75 e 90%, implicando uma alteração na dinâmica do comércio e serviços naquela região. De acordo com Santana et al. (2020, p. 10), ao analisar o setor terciário das cidades médias no Ceará, verificaram que o setor de serviços tem um papel importante nessas cidades, especialmente como “fortes coletoras de emprego, de redistribuição de produtos industrializados, sedes de instituições financeiras, além de terem sido escolhidas para instalação de importantes estabelecimentos comerciais atacadistas e varejistas”.

Figura 2 – Índice relacionado à soma dos percentuais das tipologias de comércio e serviços - REGIC 2007 e 2018



Fonte: Organização própria com base nos dados do REGIC 2007/2018.

Os municípios de Iguatu e Tianguá encontravam-se na classificação de 35% a 50% (REGIC 2007), porém no estudo do REGIC 2018 sofrem alteração para a classe de 50% a 75%, demonstrando importantes alterações urbanas ocasionadas pelos setores comercial e de serviços. De acordo com dados do IPECE, o município de Tianguá teve uma variação positiva no setor comercial, entre 2005 e 2015, preferencialmente no comércio varejista com a comercialização de tecidos, vestuário e artigos de armarinho, e mercadorias em geral, enquanto o setor de serviços, alavancado pelos serviços de alojamento e alimentação. Esse município integra o Parque Nacional de Ubajara, uma Unidade de Conservação Federal de Proteção Integral, onde dispõe de trilhas, mirantes, grutas e cachoeiras para turismo ecológico e de aventura. Nesse sentido, Macedo, Lima Júnior e Morais (2012) ressaltam que duas estruturas importantes da economia cearense que acompanharam o processo de modernização da economia estão ligadas aos setores do turismo e do agronegócio.

Ainda analisando o percentual da diversidade do comércio e serviços que varia de 35% a 50%, verifica-se que do REGIC 2007 para o de 2018, novas cidades despontaram nessa classificação, como os casos de Brejo Santo, Cascavel, Horizonte, Pacajus, Russas, São Benedito e São Gonçalo do Amarante. É importante ressaltar que essas cidades, com exceção de Cascavel, apresentaram alteração positiva na classificação dos REGIC's. Brejo Santo está localizado próximo ao AP de Juazeiro do Norte, conforme resalta o IBGE (2020), essa cidade apresentou destaque com relação à serviços de saúde de baixa e média complexidade, isso possibilita uma diversificação do comércio urbano e oferta de serviços, contribuindo com a alteração no seu nível hierárquico. As cidades de Cascavel, Horizonte, Pacajus e São Gonçalo do Amarante estão integrados a Região Metropolitana de Fortaleza, isso pode favorecer a demanda por comércio e serviços diversificado.

Outras cidades (Aracati, Crateús, Itapipoca, Limoeiro do Norte, Quixadá, Quixeramobim e Tauá) mantiveram-se nesse nível de diversidade, sendo que os casos de Crateús e Quixadá foram as cidades que apresentaram queda no nível de hierarquia do REGIC. De acordo com o IBGE (2020), essas duas cidades sofreram queda em seu nível hierárquico e região de influência, com isso, a perda de influência pode reduzir a atração comercial e demanda por serviços no município.

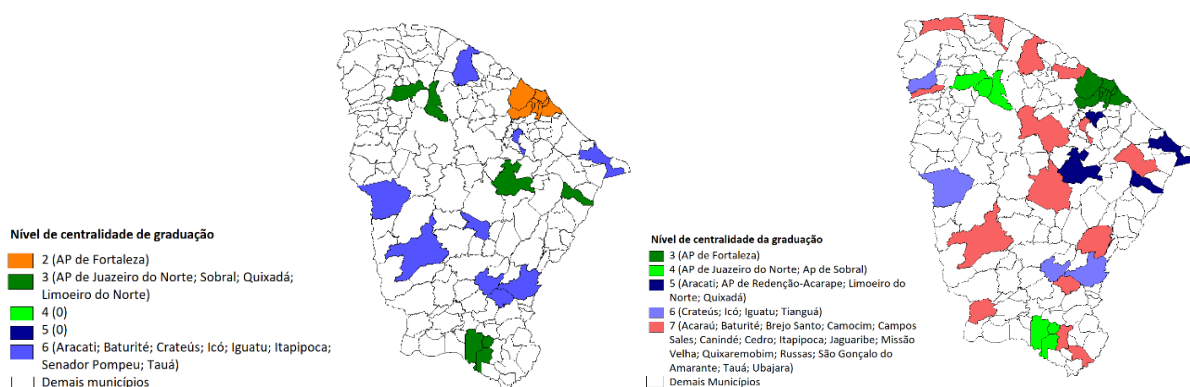
Essa seção propôs uma análise sobre a diversidade do comércio e serviços nas cidades cearenses, tendo em vista que a dinâmica desses setores pode influenciar

no grau de centralidade das cidades, ressaltando que alguns municípios tiveram alteração positiva no percentual da diversidade desses setores, o que implica que passaram a dinamizar o seu comércio e a oferta de serviços qualificados, fazendo com que a sua influência sobre outras cidades sobressaísse, enquanto outras perderam a sua influência e ficaram mais dependentes de outros centros urbanos/cidades.

4.3 Índice de centralidade para o ensino superior

Esse tópico irá tratar da temática sobre o ensino superior. A Figura 03 apresenta o mapa da distribuição do índice de centralidade para o ensino superior no estado do Ceará, de acordo com os dados do REGIC 2007 e 2018. Segundo Pinheiro et al. (2011), o setor educacional possui um importante papel na organização das redes urbanas, especialmente com a disponibilidade de sua infraestrutura. O nível de centralidade tem relação com a disposição das cidades para oferta de serviços educacionais, estabelecendo áreas de atuação desses serviços (IBGE, 2020). O nível de centralidade do REGIC 2007 dividiu-se em 6 categorias², enquanto o REGIC 2018 classificou a centralidade em 7 categorias³, utilizando como principais variáveis: 1) o número de alunos matriculados nos cursos presenciais; 2) o número de Grandes Áreas abrangidas pelos cursos oferecidos; e 3) o número de tipos de cursos existentes (IBGE, 2008).

Figura 3 – Índice de centralidade para o ensino superior - REGIC 2007 e 2018



Fonte: Organização própria com base nos dados do REGIC 2007/2018.

De acordo com os dados é possível observar que o AP de Fortaleza obteve o maior grau de centralidade tanto em 2007 (Nível 2) quanto em 2018 (Nível 3). Apesar dessa alteração, o AP de Fortaleza ainda se destaca como principal centro de demanda educacional do Ceará no ensino superior, tanto no número de matrículas, como na concentração de Instituições de Ensino Superior (IES) e na

² Com relação ao total de matrículas: Centralidade (1 – 597.422 a 373.491; 2 – 147.497 a 70.023; 3 – 59.437 a 26.067; 4 – 24.362 a 10.019; 5 – 9.527 a 1.011; 6 – 997 a 1);

Com relação ao tipo de cursos: Centralidade - Mediana (1 – 202,5; 2 – 100,0; 3 – 64,0; 4 – 38,0; 5 – 12,0; 6 – 2,0);

Com relação as áreas gerais: Centralidade - Mediana (1 – 8; 2 – 8; 3 – 8; 4 – 8; 5 – 5; 6 – 1) (IBGE, 2008).

³ Com relação ao total de matrículas: Centralidade (1 – 926.196; 2 – 462. 269; 3 – 116.795 a 235.245; 4 – 39.427 a 92.924; 5 – 15.564 a 39.426; 6 – 1.556 a 15.563; 7 – 1 a 1.555);

Com relação ao tipo de cursos: Centralidade – Mediana (1 – 204; 2 – 186; 3 – 123; 4 – 63; 5 – 30; 6 – 14; 7 – 3);

Com relação as áreas gerais: Centralidade (1 – 8; 2 – 8; 3 – 8; 4 – 7; 5 – 5; 6 – 4; 7 – 2) (IBGE, 2020).

oferta de cursos. O AP de Sobral e o AP de Juazeiro do Norte apresentaram o nível de centralidade 4, na análise do REGIC de 2018, uma redução no nível em comparação à análise em 2007, que se encontravam no nível 3 de centralidade. Apesar dessa alteração no nível de centralidade, observada nos estudos do REGIC, os dois arranjos populacionais ainda se destacam como principais espaços de oferta e demanda da educação superior no interior do Ceará.

Ao analisar as cidades de Quixadá e Limoeiro do Norte que apresentavam nível de centralidade três no REGIC 2007, elas tiveram queda e encontram-se no nível cinco de centralidade, juntamente com Aracati e o AP de Redenção-Acarape. Pode-se inferir que a queda no nível de centralidade do ensino superior tenha sido requisito para a determinação do nível hierárquico da cidade de Quixadá, que sofreu alteração para baixo na hierarquia do REGIC, assim como a cidade de Aracati que passou para um nível superior (Centro Sub-Regional B) em comparação ao REGIC de 2007 (Centro de Zona A).

Com relação as cidades que não tinham classificação de centralidade do ensino superior em 2007, é importante destacar Acaraú, Brejo Santo, Camocim, Quixeramobim, São Gonçalo do Amarante e Tianguá, que mudaram no REGIC de 2018, o que pode ser explicado pelas políticas de interiorização do ensino superior promovidas no período, além da expansão das universidades privadas.

Para um melhor entendimento sobre a distribuição de IES no território cearense, a Tabela 03 apresenta informações do Ensino Superior para o Ceará, tendo como base os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, para os anos 2005 e 2015. O estado possuía um total de 47 IES no ano de 2005, e apresentou crescimento no período, chegando a 58 Instituições em 2015. A distribuição das IES é dada pela organização administrativa conforme os dados e o nível hierárquico das cidades com base nos REGIC's 2007 e 2018.

Tabela 3 – Número de Instituições de Ensino Superior - Ceará – 2005/2015

2005					
Local	Federal	Estadual	Privada ⁴	Total	% do Total
Metrópole (AP de Fortaleza)	2	1	30	33	70,21
Capital Regional C (AP de Juazeiro do Norte; AP de Sobral)	0	2	6	8	17,02
Centro Sub-Regional A (Iguatu; Quixadá)	1	0	1	2	4,26
Centro de Zona A (Aracati; Icó; Limoeiro do Norte)	0	0	4	4	8,51
Ceará	3	3	41	47	100,00
2015					
Local	Federal	Estadual	Privada ⁵	Total	% do Total
Metrópole (AP de Fortaleza)	2	1	33	36	62,07
Capital Regional B (AP de Juazeiro do Norte)	1	1	6	8	13,79
Capital Regional C (AP de Sobral)	0	1	2	3	5,17
Centro Sub-Regional B (Aracati, Baturité, Crateús, Quixadá e Tianguá)	0	0	7	7	12,07
Centro de Zona A (Icó, Quixeramobim e São Gonçalo do Amarante)	0	0	3	3	5,17
Centro Local (AP de Redenção/Acarape)	1	0	0	1	1,72
Ceará	4	3	51	58	100,00

Fonte: Organização Própria com base nos dados do Censo da Educação Superior 2005/2015.

Pode-se notar que a metrópole era detentora de 70,21% das IES em 2005 e diminuiu para 62,07% do total, especialmente por se tratar da capital Fortaleza e o seu arranjo populacional, apesar desse nível hierárquico apresentar uma elevação no valor absoluto de IES no período em estudo, mas apresenta redução no valor relativo em relação ao número de IES do Ceará, mostrando que houve descentralização do ensino superior para outras cidades. De acordo com Moura et al. (2011), quando as instituições estão concentradas na metrópole, há um papel fundamental no setor produtivo daquele espaço, dado o nível de possibilidades que a geração de conhecimento pode promover, impactando nas vantagens da região em relação as demais. Dessa forma, é necessário promover a descentralização de IES para cidades interioranas para que apresentem uma reformulação no seu processo produtivo local, o que se refletirá no contexto competitivo de cada localidade.

Nesse sentido, verifica-se que a Capital Regional B (AP de Juazeiro do Norte) e o Centro Sub-Regional B (Aracati, Baturité, Crateús, Quixadá e Tianguá) são os responsáveis pelos percentuais seguintes com 13,79% e 12,07%, respectivamente, do quantitativo de IES do estado em 2015. Nas cidades que fazem parte do AP de Juazeiro do Norte, há a presença de instituições públicas, tanto estadual (Universidade Regional do Cariri-URCA), quanto federal, como a Universidade Federal do Cariri – UFCA, que fazia parte da Universidade Federal do Ceará – UFC, em formato de campi, e tornou-se UFCA em 2013 (BRASIL, 2013). Além da expansão das IES privadas, especificamente na cidade de Juazeiro do Norte. Para o caso do AP de Sobral (Capital Regional C), verificou-se que 5,70% das IES no estado, encontram-se nesse arranjo. Com isso, é possível notar que, apesar de estarem em níveis hierárquicos diferentes, em 2018, esses dois AP's (Juazeiro do Norte e Sobral) quando somados representam um aumento no percentual de IES, demonstrando a ampliação da educação superior nesses territórios.

As cidades do Centro Sub-Regional B apresentaram crescimento no número de IES, especialmente as privadas. De acordo com Pereira e Brito (2018), as políticas públicas criadas, especificamente o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e Programa de Financiamento Estudantil (FIES), se tornaram importantes mecanismos de expansão do ensino superior privado no Brasil. Estão nessas cidades a Faculdade do Vale do Jaguaribe (Aracati), Faculdade do Maciço do Baturité (Baturité), Faculdade Princesa do Oeste (Crateús), Faculdade Católica Rainha do Sertão, CISNE - Faculdade de Quixadá e CISNE - Faculdade Tecnológica de Quixadá (Quixadá) e Faculdade IEDUCARE - FIED (Tianguá).

Esses percentuais de IES fora da área metropolitana configuram o processo de interiorização que o ensino superior vem se confirmando. Segundo Fusco e Ojima (2017, p. 257), “os investimentos no processo de interiorização do ensino superior refletem em mais de uma frente de ação, contribuindo para mudanças de paradigmas dentro do sistema público de ensino superior”.

Analisando o contexto de Pau dos Ferros, que possui características de cidade inter-média, Dantas e Clementino (2014) ressaltam que os movimentos pendulares, ou seja, os deslocamentos de pessoas para trabalho ou estudo em direção a cidade, proporciona mudanças socioeconômicas nesses espaços, promovendo implicações na estrutura urbana, facilitando a circulação dessas pessoas.

Dessa forma, é possível verificar que a oferta de ensino superior, com ampliação no número de IES se deu em cidades que apresentam um raio de influência sobre outras, especialmente em cidades que estão nos níveis elevados da classificação do REGIC. Além disso, há a influência do quantitativo de IES nesses locais que podem causar impactos na configuração das cidades. A expansão do ensino superior provoca transformações, seja no contexto da reestruturação urbana, com melhorias nas condições de habitação para a recepção de alunos e professores, e na qualidade de oferta de bens e serviços, quanto nas condições socioeconômicas e educacionais da população.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O entendimento das dinâmicas urbanas das cidades se mostra importante para compreensão do raio de influência que cada território tem e sua capacidade de transbordar sobre outros espaços urbanos. O trabalho busca analisar as dinâmicas urbanas das cidades cearenses com base na classificação hierárquica do estudo das Regiões de Influência das Cidades (REGIC). O estudo do REGIC realizado pelo IBGE é uma importante ferramenta para analisar as dimensões e influências das cidades sob a perspectiva dos elementos que compõem as mesmas. Foi utilizado os estudos dos anos de 2007 e 2018, verificando e comparando as alterações sofridas na classificação de algumas cidades, como os casos do AP de Juazeiro do Norte, Aracati, Limoeiro do Norte, Brejo Santo, Tianguá, Horizonte, Quixeramobim e São Gonçalo do Amarante, com alteração positiva, além de Crateús, Quixadá, Acaraú, Canindé, Jaguaribe e Senador Pompeu, com alteração negativa, dentre outros.

Nesse contexto, foram analisadas variáveis relacionadas à diversidade do comércio e serviços e a centralidade do ensino superior, além de complementar com dados populacionais e econômicos desses municípios.

Inicialmente, ao analisar as estimativas populacionais de 2005 e 2018, distribuído pelo nível de hierarquia do REGIC, percebeu-se que as pequenas e médias cidades passaram a concentrar maior número de residentes, isso pode ser explicado pela diversificação de atividades industriais, comerciais e de serviços, o que pode auxiliar na demanda, ou seja, a oferta de bens e serviços nesses espaços reduz a emigração para a metrópole (AP de Fortaleza), dado que nas pequenas e médias cidades há a dinamização desses produtos, além do baixo custo de vida e boa qualidade de vida.

Tendo em vista a diversidade do comércio e serviços, cidades que sofreram alteração positiva no REGIC, tiveram alteração nessa variável entre 2007 e 2018, dado a dinamização na oferta comercial e de serviços, principalmente no AP de Juazeiro do Norte, como nas cidades de Tianguá, Brejo Santo, Horizonte, Pacajus, Russas, São Benedito e São Gonçalo do Amarante. Essa dinâmica pode auxiliar no entendimento da alteração na classificação das cidades, e permite enfatizar que a centralidade e diversificação do comércio e serviços promove um grau de dinâmica urbana, possibilitando um certo grau de influência dessas cidades.

Com relação ao nível de centralidade do ensino superior, verificou-se alteração nas cidades cearenses, relacionado ao processo de interiorização que permitiu o surgimento e instalação de IES públicas e privadas em várias cidades, possibilitando modificações na rede urbana, especialmente pela oferta de serviços mais qualificados, melhoria nas condições de habitação, fazendo com que as cidades recebam os alunos, professores e servidores que fazem parte desse ambiente acadêmico e demandam uma gama de serviços, com destaque para os AP de Juazeiro do Norte e de Sobral, de Aracati, de Redenção-Acarape e Tianguá.

Com isso, o que se percebe é que as mudanças no grau de influência das cidades, especialmente aquelas localizadas fora da Metrópole, estão promovendo diversificação comercial e de serviços, além de promoção da educação superior, destacando o AP de Juazeiro do Norte, Tianguá, Aracati, Limoeiro do Norte e Russas, que vem se destacando no contexto de dinamização de fatores urbanos, isso reforça a ideia de que há um processo de descentralização na oferta de bens

e serviços, tanto nos setores de comércio e serviços, bem como na promoção e diversificação de oferta de ensino superior, concentrados não apenas na Metrópole, mas alcançando espaços interioranos.

Além disso, apesar das alterações negativas em algumas cidades (Crateús e Quixadá), e permanência no nível hierárquico (AP de Sobral), nota-se que elas ainda conseguem ser influentes em seus territórios, isso demonstra que outras cidades estão ascendendo com novas dinâmicas urbanas e se configurando como importantes para o contexto do território no qual estão inseridas.

Dessa forma, é possível inferir que as alterações no nível de influência das cidades podem estar associadas a diversos fatores e as dinâmicas urbanas de cada território. Estudos mais aprofundados podem ser realizados com o intuito de entender cada dinâmica particular, além de introduzir novos elementos que sejam relevantes no entendimento das dinâmicas urbanas das cidades.

Urban dynamics in the configuration of cities in Ceará: analysis based on REGIC 2018

ABSTRACT

The work seeks to analyze the urban dynamics of cities in Ceará based on the hierarchical classification of the study of Regions of Influence of Cities (REGIC). Ceará was chosen as a geographic area to present regions of influence that end up shaping urban spaces, including at a national level. To this end, data from the REGIC study carried out in 2007 and 2018 were used, and variables relating to the centralities of higher education, diversity of commerce and services, population and economic estimates of cities, without the intention of analyzing the relevance of hierarchical levels of each variable. Regarding population estimates, between the period under study, small and medium-sized cities began to concentrate more people. The diversity of commerce and services demonstrated that there was greater dynamism in supply, especially in cities that underwent positive changes in the REGIC, such as the cases of the Population Arrangement (AP) of Juazeiro do Norte, Tianguá, Aracati, Brejo Santo and Horizonte. The process of internalizing higher education was important so that non-metropolitan cities could offer educational services, both public and private, with highlights being the AP of Juazeiro do Norte, Brejo Santo, Quixeramobim and Tianguá, cities that were changed in the hierarchical level of REGIC.

KEYWORDS: REGIC; Cities; Dynamics; Urban.

REFERÊNCIAS

ALVES, Denis Fernandes et al. Análise dos principais aspectos da rede urbana e das cidades médias cearenses nos anos 2000. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 50, n. 4, p. 63-77, 2019.

ARAÚJO, Mayara Mychella Sena; MOURA, Rosa; DIAS, Patricia Chame. Cidades médias: uma categoria em discussão. In: PEREIRA, R. H. M.; FURTADO, B. A. (org.). *Dinâmica urbano-regional: rede urbana e suas interfaces*. Brasília: Ipea, 2011.

ARAÚJO, Nancy Gonçalves de. A industrialização no Ceará: breves considerações. *Boletim Goiano de Geografia*, v. 27, n. 2, p. 79-96, 2007.

BATISTA, Giselle Mansur. A criação de Regiões Metropolitanas no Brasil: motivações e características institucionais. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2014.

BRASIL. Parque Nacional de Ubajara. Disponível em <<https://www.icmbio.gov.br/parnaubajara/guia-do-visitante.html>>. Acesso em: janeiro de 2023.

BRASIL. Lei Nº 12.826, de 5 de junho de 2013. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Cariri - UFCA, por desmembramento da Universidade Federal do Ceará - UFC, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2013.

DANTAS, Joseney Rodrigues de Queiroz; CLEMENTINO, Maria Augusta do Livramento Miranda. As cidades médias interiorizadas no desenvolvimento do Nordeste: um estudo sobre Pau dos Ferros (RN). *RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico*, v. 16, n. 30, 2014.

DAVANZO, Aurea Maria Queiroz et al. Metropolização e rede urbana. In: PEREIRA, R. H. M.; FURTADO, B. A. (org.). *Dinâmica urbano-regional: rede urbana e suas interfaces*. Brasília: Ipea, 2011.

DUARTE, Ligia Schiavon; NAVARRO, Alessandra Martins. As transformações da rede urbana no Estado de São Paulo: Uma contribuição à luz dos resultados do REGIC 2007. Brasília, DF: IPEA, 2009.

EGLER, Claudio A. G. et al. Bases conceituais da rede urbana brasileira: análise dos estudos de referência. In: PEREIRA, R. H. M.; FURTADO, B. A. (org.). Dinâmica urbano-regional: rede urbana e suas interfaces. Brasília: Ipea, 2011.

FIRMIANO, Marília Rodrigues; MEDEIROS, Firmiano Cleyber Nascimento de; SOUZA, Fátima Juvenal de. Panorama socioeconômico das Regiões Metropolitanas Cearenses. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE / Fortaleza – Ceará. 2018. Disponível em <<https://www.ipece.ce.gov.br/perfil-metropolitano/>>. Acesso em: abril de 2023.

FUSCO, W.; OJIMA, R. Educação e desenvolvimento regional: os efeitos indiretos da política de descentralização do ensino superior e a mobilidade pendular no estado de Pernambuco. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 13, p. 247-263, 2017.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

HIGA, Tereza Cristina Cardoso de Souza. Dinâmica urbano-regional na Amazônia. In: PEREIRA, R. H. M.; FURTADO, B. A. (org.). Dinâmica urbano-regional: rede urbana e suas interfaces. Brasília: Ipea, 2011.

HOLANDA, Virginia Célia Cavalcante de; AMORA, Zenilde Baima. Cidades médias do Ceará, Estado do Nordeste do Brasil, e suas dinâmicas contemporâneas. Revista Geográfica de América Central, v. 2, n. 47E, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Malha municipal 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html?=&t=acesso-ao-produto>>. Acesso em: jan. 2023.

_____. Regiões de influência das cidades: 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

_____. Regiões de influência das cidades: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

_____. Regiões de influência das cidades: notas metodológicas, 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). Perfil Básico Municipal. IPECE. Fortaleza, Brasil. Disponível em < <http://ipecedata.ipece.ce.gov.br/ipece-data-web/module/perfil-municipal.xhtml>>. Acesso em: janeiro de 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo da Educação Superior. Brasília: INEP. Disponível em <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: janeiro de 2023.

MACEDO, Fernando César de; LIMA JUNIOR, Francisco do Ó. de; MORAIS, José Micaelson Lacerda. Dinâmica econômica e rede urbana cearense no início do século XXI. REDES: Revista do Desenvolvimento Regional, v. 17, n. 1, p. 70-93, 2012.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

MOTTA, Diana Meirelles da; MATA, Daniel da. Crescimento das cidades médias. Brasília, DF: IPEA, 2008.

MOURA, Rosa, et al. Paraná: Dinâmica urbano-regional do Estado. In: PEREIRA, R. H. M.; FURTADO, B. A. (org.). Dinâmica urbano-regional: rede urbana e suas interfaces. Brasília: Ipea, 2011.

MOURA, Rosa; PÊGO FILHO, Bolívar. Aglomerações Urbanas no Brasil e na América do Sul: trajetórias e novas configurações. Texto para Discussão/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: IPEA, 2016.

OJIMA, Ricardo; MARANDOLA JÚNIOR, Eduardo. Mobilidade populacional e um novo significado para as cidades: dispersão urbana e reflexiva na dinâmica regional não metropolitana. Revista brasileira de estudos urbanos e regionais, v. 14, n. 2, p. 103-103, 2012.

PEREIRA JUNIOR, Edilson. Dinâmicas industriais e urbanização no Nordeste do Brasil. Mercator (Fortaleza), v. 14, p. 63-81, 2015.

PEREIRA, Tarcísio Luiz; BRITO, Sílvia Helena Andrade de. A expansão da educação superior privada no Brasil por meio do FIES. Eccos Revista Científica, n. 47, p. 337-354, 2018.

PINHEIRO, Andréa de Cássia Lopes, et al. Dinâmica urbana do Estado do Pará (2000-2008). In: PEREIRA, R. H. M.; FURTADO, B. A. (org.). Dinâmica urbano-regional: rede urbana e suas interfaces. Brasília: Ipea, 2011.

QUEIROZ, Ivan da Silva. Região metropolitana do cariri cearense, a metrópole fora do eixo. Mercator (Fortaleza), v. 13, p. 93-104, 2014.

QUEIROZ, Silvana Nunes de, et al. Migração em cidades médias do interior nordestino: a atração migratória como elemento distintivo. Revista brasileira de estudos urbanos e regionais, v. 22, 2020.

SANTANA, Walas Wedel Martins de, et al. Economia terciária nas cidades médias do estado do Ceará, Brasil: evolução e concentração. Economia e Desenvolvimento, v. 32, 2020.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da, et al. Cidades médias e gestão do território na região dos Vales–Rio Grande do Sul-Brasil. Anais do Simpósio Latino-Americano de Estudos de Desenvolvimento Regional, v. 1, n. 1, 2018.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Estruturação urbana e centralidade. Anais do III Encontro de geógrafos da América Latina, 1991.

SOARES, B. R. Repensando as cidades médias brasileiras no contexto da globalização. Formação, Presidente Prudente, n. 6, p. 55-63, 1999.

Recebido: 20 fev. 2023.

Aprovado: 25 mar. 2023.

DOI: 10.3895/rbpd.v12n3.16829

Como citar: SILVA, W. R.; QUEIROZ, S. N. Dinâmicas urbanas na configuração das cidades cearenses: análise com base no REGIC 2018. *R. Bras. Planej. Desenv.* Curitiba, v. 12, n. 03, p. 883-910, set./dez. 2023. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd>>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Wellington Rodrigues da Silva

Rua Cel. Antônio Luíz, 1161 - Pimenta, Crato - CE

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

